CURSO COMPLETO

REAL TIME

con treinamentos 10 ANOS

A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS Nº 14.133/2021

BENJAMIN ZYMLER, KARINE LÍLIAN DE SOUSA E ANDRÉ PACHIONI BAETA

AO VIVO NOS DIAS: 23, 24 E 25 DE AGOSTO

#EU ME IMPORTO

Apresentação

Passados mais de 27 anos após a edição da Lei 8.666/1993, o Congresso Nacional aprovou a Lei 14.133/2021, que promete revolucionar as contratações governamentais.

O texto aprovado contém 194 artigos e revoga inteiramente a Lei de Licitações e a Lei do Pregão, além de revogar os arts. 1º a 47 da Lei do RDC.

Os procedimentos licitatórios sofrerão marcantes mudanças. Primeiramente, é formalmente instituída uma fase preparatória, na qual se privilegia o planejamento. Nela, prevê-se a compatibilização com o plano de contratações anual, que incentiva os entes federativos a alinhar seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Além disso, na fase preparatória, faz-se necessário o estudo técnico preliminar, que exige a demonstração do interesse público e fornece base ao prosseguimento da licitação, caso esta seja viável.

No que tange ao processamento do certame licitatório, a grande mudança é a inversão de fases, tornando regra que a habilitação seja aferida somente após o julgamento, reduzindo o tempo e o trabalho do gestor público, que não mais é obrigado a avaliar a habilitação daqueles que não contratarão com o Poder Público.

Alteram-se também as modalidades de licitação. Permanecem a concorrência, o concurso e o leilão, porém são excluídos a tomada de preços e o convite. Ademais, são incorporados o pregão e o diálogo competitivo, que é uma das principais novidades da nova lei.

Destaca-se também a possibilidade de haver uma matriz de alocação de riscos no edital, bem como novas disposições sobre o seguro-garantia, prevendo, inclusive, que a seguradora, no caso de inadimplemento pelo contratado, assumirá a execução e concluirá o objeto do contrato.

Além das inovações já mencionadas, o treinamento ora proposto vai analisar todas as mudanças ocorridas na legislação, organizando-se a apresentação em função das fases do certame licitatório, iniciando pelas novidades na etapa de planejamento da contratação, passando pelas regras procedimentais do processamento da licitação e, posteriormente pela etapa de execução contratual.

Diante do exposto, o presente treinamento foi estruturado com carga horária de 24 horas, tendo como palestrantes o Ministro do TCU Benjamin Zymler e os auditores Karine Lilian e André Baeta.

PÚBLICO ALVO:

Gestores e fiscais de contratos; Membros de comissões de licitação; Procuradores e advogados públicos; Pregoeiros; Comissões de apoio ao pregoeiro; Advogados; Auditores e servidores de órgãos de controle interno e externo; Gestores públicos em geral; Servidores em geral que atuam nos processos de licitações pública; Ordenadores de despesa; Auditores e servidores dos Tribunais de Contas e do Controle Interno; Membros dos Ministérios Públicos e Magistrados; Servidores dos órgãos jurídicos; Fornecedores e prestadores de serviço; Prefeitos e servidores das Prefeituras Municipais; Demais profissionais interessados no assunto.

CARGA HORÁRIA

24 horas

Das 8h30h às 12h30 e das 14h00 às 18h

Especialistas

Benjamin Zymler

Benjamin Zymler é Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU desde 2001, onde ingressou no cargo de Ministro-Substituto em 1998 por meio de concurso público de provas e títulos. Foi Presidente do TCU nos anos de 2011 e 2012. Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília, com vasta experiência em Direito Administrativo e Direito Constitucional. Ministrou cursos na Escola da Magistratura do Distrito Federal e Territórios, Escola da Magistratura do Trabalho, Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Instituto Superior de Brasília - IESB, Centro Universitário de Brasília - UniCeub, Instituto Serzedello Corrêa, entre outros. É autor das obras "Direito Administrativo e Controle", "O Controle Externo das Concessões de Serviços Públicos e das Parcerias Público-Privadas", "Direito Administrativo" e "Política & Direito: uma visão autopoiética". Formado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia - IME e em Direito pela Universidade de Brasília.

Karine Lílian de Sousa Costa Machado

Karine Lílian de Sousa Costa Machado é Auditora Federal de Controle Externo do TCU, onde é servidora desde 1994. Com graduação em Direito e MBA em Gestão da Administração Pública, Karine é coautora do livro Licitações & Contratos – Orientações Básicas, editado pelo TCU. Nossa Consultora têm publicado diversos artigos acerca dos temas Direito Administrativo e Controle Externo. Palestrante em diversos eventos ligados às áreas de licitações e contratos, convênios e tomada de contas especial, Karine é instrutora do Instituto Serzedello Correa.

André Pachioni Baeta

André Pachioni Baeta é engenheiro graduado pela Universidade de Brasília. Desde 2004, exerce o cargo de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, atuando na fiscalização e controle de obras públicas. Participou, como integrante da equipe de auditoria ou como supervisor da fiscalização, de diversas auditorias de obras públicas.

Atualmente, exerce a função de Assessor em Gabinete de Ministro do TCU.

É autor ou coautor das seguintes obras:

- Livro "Orçamento e Controle de Preços de Obras Públicas", publicado pela Editora Pini em 2012.
- Livro "RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Aplicado às Licitações de Obras e Serviços de Engenharia", publicado pela Editora Pini em 2013, atualmente na terceira edição (2016).
- Coautor do Livro "Pareceres de Engenharia", publicado pelo Clube dos Autores, em 2016.
- Coautor do Livro "Lei Anticorrupção e Temas de Compliance", 2ª Edição, publicado pela Editora Juspodivm, em 2016.

- Coautor do Livro "Terceirização, Legislação, Doutrina e Jurisprudência", publicado pela Editora Fórum, editado pela Editora Fórum em 2017, atualmente na segunda edição (2018).
- Coautor do Livro "Novo Regime Jurídico das Licitações e Contratos das Empresas Estatais", da Editora Fórum (2018).

Conteúdo Programático

a) **Introdução**

b) **Alterações legislativas e normativas com impacto nas contratações públicas**

- Pioneirismo da Lei 8.666/1993 e a Necessidade de Modernização
- A Lei do Pregão
- O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)
- A Lei das Estatais
- Outras Alterações Legislativas
- Implementação de Políticas Públicas a partir das Contratações Governamentais

c) **Inovações trazidas pela Lei 14.133/2021**

- Comentários Gerais
- Âmbito de Aplicação da Nova Lei
- Princípios e Objetivos
- Definições
- A atuação dos Agentes Públicos
- O processo licitatório
- A fase preparatória
- Divulgação do edital de licitação
- Estimativa do valor da contratação
- Apresentação de propostas e lances
- Julgamento
- Habilitação de licitantes
- Encerramento da Licitação
- Participação de consórcios
- Participação de Cooperativas
- Tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte
- Margens de preferência
- As modalidades de licitação
- Os critérios de julgamento
- Regimes de execução contratual
- Fornecimento e prestação de serviço associado.
- Contratações integrada e semi-integrada
- Avaliação do TCU sobre a Contratação Integrada
- Problemas Identificados na Contratação Integrada

- Critério de julgamento nas contratações integrada e semi-integrada
- Empreitadas por preço global, unitário e integral
- Disposições setoriais
- Contratação Direta
    - Noções Gerais
    - Licitação Dispensada
    - Licitação Dispensável
    - Inexigibilidade de Licitação
    - Instrução do Processo
- Procedimentos Auxiliares
    - Credenciamento
    - Pré-Qualificação
    - Procedimento de Manifestação de Interesse
    - Sistema de Registro de Preços
    - Registro cadastral
- Contratos Administrativos
    - Formalização dos Contratos
    - Garantias
    - Alocação de Riscos
    - Prerrogativas da Administração
    - Duração dos Contratos
    - Disposições e regras acerca das prorrogações de contratos;
    - Execução dos contratos
    - Alteração dos contratos e preços
    - Extinção dos contratos
    - Recebimento do objeto
    - Dos pagamentos
    - Nulidade dos contratos
    - Quais as hipóteses e o que muda na celebração dos aditivos contratuais?
    - Suspensão dos contratos e a atrasos os pagamentos pela Administração
    - Mecanismos de consensualismo previstos na lei (conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas e arbitragem);
    - Contratos de eficiência;
    - A elevação dos valores de garantia contratual;
    - Regras sobre reajustamento dos contratos
    - Uso da remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado
- Infrações e sanções administrativas
    - Condutas Ilícitas e sanções
    - Abrangência e eficácia das sanções
    - Reabilitação de licitantes
    - O processo sancionador
- Impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos
- Controle das contratações
- Disposições Gerais
- Portal Nacional das Contratações Públicas

- Outras alterações legislativas
- Disposições transitórias e finais
- Regulamentação da nova lei

d) **O Planejamento da contratação segundo a nova Lei**

- O plano anual de contratações,
- O Gerenciamento de riscos.
- A elaboração de estudo técnico preliminar
- Regras sobre pesquisa de mercado para bens e serviços e para a orçamentação de obras públicas e serviços de engenharia
- Critérios de aceitabilidade de preços
- Nova base nacional de notas fiscais eletrônicas
- Definições e conteúdos do termo de referência, do anteprojeto, do projeto básico e do projeto executivo.
- Vedação aos autores dos projetos
- O que são obras e serviços de engenharia "comuns" e "especiais" no âmbito da Lei 14.133/2021? Quais impactos a classificação da obra em comum ou especial trará no processamento do certame?

e) **Tópicos sobre o Processamento da Licitação**

- Fases do processo de licitação: preparatória; divulgação do edital; apresentação de propostas e lances; julgamento; habilitação; recursal; e homologação
- O que muda na habilitação dos licitantes?
- Modalidades de Licitação
- Critérios de Julgamento
- Instituição do diálogo competitivo como modalidade de licitação
- Inversão de fases de habilitação
- Modos de disputa aberto e fechado e combinação dos modos de disputa
- Intervalo mínimo da diferença entre os lances
- Negociação de condições mais vantajosas
- O novo portal de contratações públicas
- Prazos mínimos de publicação dos editais
- Procedimentos auxiliares (credenciamento, sistema de registro de preços, cadastramento, catálogo eletrônico de padronização e PMI)

f) **Novidades específicas sobre as licitações de Obras e Serviços de Engenharia**

- Os regimes de execução contratual na nova lei
- A contratação integrada e semi-integrada
- Regime de fornecimento e prestação de serviço associado,
- O seguro garantia com cláusula de retomada
- Novas regras de exequibilidade e aceitabilidade das propostas
- Adoção preferencial da Modelagem de Informação da Construção (BIM) ou de tecnologias similares que vierem a substitui-la;

- O uso do sistema de registro de preços para contratação de obras
- O procedimento de manifestação de interesse
- Como fica o pregão para a contratação de obras e serviços de engenharia?
- O uso do Sinapi e demais parâmetros previstos sobre orçamentação das obras
- Disposições sobre a contratação de projetos e outros serviços de engenharia consultiva
- Previsão de matriz de riscos, possibilitando a alocação objetiva de riscos entre as partes
- Possibilidade de o construtor contratado atuar no licenciamento ambiental e na desapropriação
- Possibilidade de exigência de certificação por organização credenciada pelo INMETRO como condição para aceitação de estudos, anteprojetos, projetos básicos e executivos; conclusão de fases ou de objetos de contratos; e adequação do material e do corpo técnico apresentados para fins de habilitação

Investimento

R$ **R$ 1.990,00**

(um mil, novecentos e noventa reais)

- A CON treinamentos oferece propostas personalizadas para capacitação de grupos e equipes. Entre em contato com nossas consultoras.

- A CON Treinamentos se reserva do direito de cancelar ou reagendar data/horários de realização do curso, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos. Permanecendo isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

Data

AO VIVO NOS DIAS: 23, 24 E 25 DE AGOSTO

8h30h às 12h30 e das 14h00 às 18h

Material incluso

- Coletânea digital de Licitações e Contratos, atualizada conforme nova lei nº 14.133/2021
- Material digital da capacitação
- Certificado digital registrado em cartório
- Acesso de 20(vinte) dias ao curso após a capacitação (liberação até 7 dias após o termino da capacitação)

Sugestões técnicas – REAL TIME

Requisitos de processador e RAM

- Dual Core 2 GHz de frequência ou superior (i3/i5/i7 ou equivalente da AMD)
- Memória RAM 4.0 GB
- Internet de 5MBs (de preferência por cabo)
- Alto-falantes e microfone integrados ou conectados via USB ou Bluetooth sem fio.
- Webcam comum ou em HD integrada ou conectada via USB.
- Antes da capacitação verificar com a TI do seu órgão se existe algum bloqueio ao software ZOOM.

Inscrição e Pagamento

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone **(41) 3376-3967**, através do e-mail **contato@contreinamentos.com.br** ou pelo nosso site **www.contreinamentos.com.br**.

O pagamento deverá ser realizado em nome de JEANE LEITE DA SILVA CANELAS - CON TREINAMENTOS, CNPJ 22.965.437/0001-00 nos seguintes bancos:

BANCO DO BRASIL

Banco nº 001

Ag. 3041-4 C/C 128018-x

Itaú

Banco nº 341

Ag. 0615 – C/C 21671-0

Se preferir entre em contato com nossa central de relacionamento:

Central de Relacionamento:
(41) **3376-3967**

(41) **9 9514-1110**
contato@contreinamentos.com.br

Acompanhe nossas Redes Sociais: @contreinamentos